

Ata da 12ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 20 dias de setembro de 2016, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a décima segunda reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Estabelecimento de diálogo com o Conselho Municipal do Carnaval de Salvador (COMCAR); Apresentação de proposta de data para a comemoração do aniversário do CMPC e posse dos novos Conselheiros; Apresentação da publicação do perfil dos Conselheiros no blog do CMPC; 2) Aprovação do texto final do Regimento Interno do CMPC; 3) Avaliação das ações do CMPC durante o seu primeiro ano de existência; 4) Planejamento das próximas ações da gestão atual do CMPC; 5) O que ocorrer. Estiveram presentes os/as Conselheiros/as Titulares Adriana Campelo Santana (SEDES); Edvaldo de Jesus Barreto (Cabula-T. Neves / Pau da Lima); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade/São Caetano–Centro/Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria – Cajazeiras); Joelice Ramos Braga (SMED); Marisa Santiago de Jesus (SPM); Noélia Pires da Silva (Cidade Baixa-Subúrbio / Ilhas); Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Tiago Oliveira Nascimento (Literatura) e Danilo Moura (Culturas Identitárias e Inclusivas). Os/As Conselheiros/as Suplentes que compareceram foram Daniela Fernanda da Hora Correia (SMED); Marcos Luis Silva Argolo (Valéria/Cajazeiras); Idelfonso Santos Conceição (Cabula-T. Neves-Pau da Lima) e Dejiária Santiago de Jesus (SEMUR) e os servidores da FGM Gildete Ferreira, Plutarco Drummond e Rebeca Caldas. O presidente iniciou a reunião falando sobre a importância de o CMPC afinar o diálogo com o Conselho Municipal do Carnaval (COMCAR), que se ocupa do Carnaval e das festas de largo de Salvador, para tratar sobre a política pública desenvolvida na festa e o diálogo com manifestações culturais diferentes da música, como capoeira, artesanato, gastronomia, artes plásticas e teatro. Ele informou que a Coordenação Colegiada considerou a possibilidade de o CMPC ir à próxima reunião do COMCAR, e ele conversou com o coordenador do órgão, Pedro Costa, para que ele informasse a data da próxima reunião para que o CMPC possa comparecer. Em seguida passou a palavra para Gildete Ferreira, que informou que seria encaminhada ao Gabinete do Prefeito o decreto para a regularização dos nomes dos Conselheiros eleitos na eleição suplementar e dos novos representantes do poder público. Ela informou que a posse só poderá ocorrer após a publicação no Diário Oficial do Município e a cerimônia de posse juntamente com a comemoração do primeiro aniversário do CMPC deve ser realizada em outubro, antes da próxima reunião ordinária. Depois, o presidente apresentou os perfis dos Conselheiros publicados no blog do CMPC (www.cmpc.salvador.ba.gov.br) e pediu a todos que conferissem as informações divulgadas para a sociedade. O presidente informou ao pleno que será realizada a segunda edição do projeto Chá de Cultura, com o tema “As política de cultura da cidade de Salvador: editais, fomento e promoção”. Ele

informou que conversou com Gordo Neto, da Casa Preta, vai convidar um representante do MinC e Fernando Guerreiro vai representar a FGM no evento, que será realizado no dia 04 de outubro. Como não havia fórum para aprovar o Regimento Interno, ele não pôde ser aprovado, visto que seria necessária a presença de dois terços dos titulares, totalizando vinte Conselheiros, e na reunião só havia doze até o momento. Dando continuidade, o presidente informou que a Coordenação Colegiada havia decidido que fosse avaliada a atuação do CMPC nesse primeiro ano de exercício. Ele lembrou que o CMPC discutiu a elaboração do Regimento Interno, da Lei Viva Cultura, recebeu representantes de diversos segmentos da sociedade, como dança, capoeira e livros, sendo que as demandas foram distribuídas pelas comissões temáticas. O presidente indicou que aquele era o momento de o pleno avaliar o que foi construído até o momento e pensar como o Conselho irá trabalhar nas doze reuniões ordinárias que virão até setembro de 2017, quando terminará o mandato atual. Ele lembrou que o CMPC ainda não conseguiu apresentar as demandas que foram apresentadas pela sociedade civil e que somente após um ano de existência do CMPC foi apresentada a versão final do Regimento Interno do CMPC, sendo que não há quórum para a sua aprovação. Ele informou que as comissões temáticas receberam ao todo doze demandas da sociedade civil e o Conselho deve construir o processo de deliberação dessas comissões. Joelice Braga discordou com a fala do presidente e disse que o CMPC está surpreendendo-a com a pró-atividade, visto que contempla várias entidades, pessoas que têm agendas diferenciadas e difíceis, e sempre consegue se reunir. Destacou também que não é fácil discutir Regimento e que o tempo para a sua aprovação está dentro do normal. Ela acrescentou que não acredita no funcionamento das comissões do jeito que está formatado, com reuniões além das ordinárias mensais e citou a sua experiência dos conselhos estadual e municipal de Educação, em que as reuniões das comissões temáticas são realizadas no dia da reunião ordinária, que contam com um tempo maior de realização. Defendeu que o Conselho deve inserir as reuniões das comissões temáticas no seu próprio cronograma, em seguida destacou que há comissões com uma lista extensa de demandas e perguntou se não seria o caso de duas ou três comissões trabalharem em conjunto. Jadson Nascimento parabenizou o Conselho, disse que o órgão conseguiu avançar nesse primeiro ano de existência e exemplificou a atuação do CMPC junto ao processo de preservação do samba junino, que foi bem sucedido. Concordou com Joelice Braga sobre a realização das reuniões das comissões temáticas nos mesmos dias das reuniões ordinárias. Adriana Campelo também concordou com a ideia, disse que fazer o Regimento não é fácil e ressaltou a participação do CMPC na construção do Projeto de Lei que institui o programa Viva Cultura, estabelecendo um bom alicerce para o avanço das ações. Edvaldo Barreto reiterou as colocações anteriores e destacou que a participação no CMPC tem sido uma escola muito interessante, visto que vem aprendendo bastante e ampliando a rede de relacionamentos, além disso relatou que construiu um diálogo com o grupo de valsas do bairro de São Marcos que havia participado da reunião ordinária anterior, dando-lhe apoio na participação da companhia no Festival de Valsas. O próximo passo será a articulação com uma escola para a realização dos ensaios. Noelia Pires

informou que participou de diversos conselhos e que o CMPC fez muito durante o primeiro ano. Ela acrescentou que o Conselho é um braço mais curto da FGM, sendo que os Conselheiros vão esticando até conseguir “alcançar onde o chapéu está”, e que são pioneiros na área cultural do Município porque o CMPC já começou grande, fazendo o trabalho de profissionais e não de amadores. Ela concordou com as falas anteriores e informou que o Conselho Municipal de Comunidades Negras (CMCN) já tem dez anos de existência e ainda não tem Regimento Interno. Rita Santos declarou que está esperando terminar o processo de instituição do Regimento Interno do CMPC para utilizá-lo como referência para a elaboração do regimento do CMCN. Danilo Moura ressaltou que o CMPC é um parlamento, um espaço de notáveis eleitos para a discussão de temas específicos, e o parlamento é tradicionalmente lento porque é o local onde se discutem as ideias. Ele acrescentou que o resultado positivo da atuação do CMPC nos doze meses de existência se deve à qualidade dos Conselheiros, tanto os que foram eleitos na sociedade civil, quanto os indicados pelo Poder Público e destacou as escolhas dos representantes da Administração Municipal, que entendem dos assuntos, sendo que boa parte faz parte do primeiro escalão. Danilo Moura ressaltou que os conselhos nascem no período de dez ou doze anos, mas o CMPC tem conseguido êxito no seu primeiro ano por ser resultado da política nacional de cultura, do esforço do Ministério da Cultura na implantação do Sistema Nacional de Cultura, que abrange instâncias de âmbitos estadual e municipal. Destacou ainda a atuação de Fernando Guerreiro como gestor da FGM, que tem agido como verdadeiro republicano, com posturas democráticas, prezando pelo diálogo, e citou a indicação para a presidência do CMPC, que era sua prerrogativa e escolheu fazer o exercício da escuta, dando o lugar para um representante da sociedade civil. Em seguida, considerou que o presidente do CMPC tem tido habilidade na condução dos processos, na condução das pautas, no diálogo com os gestores municipais voltados à área da Cultura. Fernando Guerreiro agradeceu as palavras de Danilo Moura e disse que quando foi convidado para ser presidente da FGM, ele tinha em mente levar para a Prefeitura a sua forma enquanto cidadão. Ele citou alguns pontos do CMPC que considerou importantes e outros que precisa avançar. Primeiro, ele qualificou o CMPC como um conselho conciso, que não pratica politicagem, mas discute política, sem “toma-lá-dá-cá” e de forma democrática, que consegue reunir as diversas opiniões. Ele destacou que é necessário resolver urgentemente a questão das comissões, pois não estão funcionando, visto que o Conselho ainda não encontrou um formato para elas e o pleno tem que fugir do ideal e focar no real, para que no próximo ano de gestão o Conselho possa sugerir ações propositivas. Fernando Guerreiro destacou que no primeiro ano o CMPC se organizou internamente e agora é a hora de ele ir para a rua, dar apoio, definir linhas de trabalho, deliberar coisas. Tiago Oliveira chamou atenção para o Regimento Interno, e expressou que sente angústia ao ver que as coisas não andam. Ele informou que a Comissão do Livro e da Leitura preparou uma série de coisas, como fazer um debate amplo na sociedade de Salvador sobre a questão do Livro e da Leitura, interagir com as bibliotecas comunitárias, com o objetivo de avançar o diálogo que é desenvolvido no CMPC para que as outras pessoas possam ser escutadas e isso só poderá ser

feito após a aprovação do Regimento. Em seguida, o Conselheiro falou sobre a violência nos bairros periféricos de Salvador e disse que, por mais que o setor cultural se esforce em fazer coisas relevantes para a sociedade, do outro lado as facções, guerrilhas e a polícia impedem que o papel dos artistas seja bem desempenhado. Ele reiterou que o CMPC é um local em que é possível debater a política cultural sem a picuinha política que acontece em outros conselhos. Informou que se preocupa muito com a falta de participação efetiva do CMPC na construção do calendário cultural da cidade e citou eventos, como o Festival da Cidade, em que o Conselho trabalhou para inserir as pessoas e instituições que fazem cultura na cidade na programação, no entanto manteve-se a velha política das festas. Em seguida Tiago Oliveira sinalizou o avanço na política dos editais e lembrou da importância de se realizar um debate com os candidatos à Prefeitura de Salvador, visto que o que estava previsto para ser realizado na Academia de Letras da Bahia foi cancelado e reforçou que, mesmo faltando poucos dias para as eleições, o CMPC deveria realizar o debate. Rodrigo Cavalcanti parabenizou o Conselho pela atuação no seu primeiro ano de existência e declarou que o que mais o agrada são os informes que possibilitam a participação de grupos culturais diversos. Destacou que o samba junino entrou na pauta da administração municipal; o Hip Hop terá o I Festival de Hip Hop da Cidade em novembro; além disso ele convidou a representante do Movimento Livres Livros, após a participação na reunião ordinária, para conversar sobre a possibilidade de interagir com empresários, sendo que já foram garantidas a instalação de três bibliotecas na cidade; além disso conversou com a produtora Virginia da Rin, que atua junto ao Movimento da Valsa, e a administração está estudando uma forma de encaixar apresentações de valsa na programação de eventos da cidade. Ele acrescentou que o Conselho está precisando ouvir mais, receber mais manifestações para que os gestores municipais que integram o órgão colegiado possam ajudar, visto que por conta da rotina de trabalho, não têm como acompanhar todas as manifestações dos territórios da cidade. Falou com Tiago Oliveira que está faltando apresentar projetos relacionados à Literatura, com dados e informações precisas sobre as ações que se deseja realizar para que a gestão possa inseri-lo no calendário da cidade. Jadson Nascimento considerou que o esforço pelos Conselheiros em articular com os grupos culturais organizados da sociedade e trazê-los para as reuniões ordinárias do CMPC fortalece a cultura de Salvador. Danilo Moura concordou com Fernando Guerreiro que o maior problema do Conselho é o não funcionamento das comissões e acrescentou que elas precisam de sentido político para se reunir, pois elas irão discutir demandas que já estão sendo encaminhadas, e exemplificou o caso de preservação do samba junino, que já foi assumido pela FGM. O conselheiro salientou que é preciso discutir a forma de funcionamento das comissões e destacou a contradição entre a necessidade de agilidade nas ações da administração municipal e o tempo mais lento de discussão do Conselho, que funciona como um parlamento. Ele retomou a discussão sobre a definição dos bens culturais que serão tombados como patrimônio pelo Município e considerou que a forma como a administração municipal procede é um equívoco, visto que o CMPC não é consultado, e salientou que todos os conselhos que conhece nos âmbitos estadual e federal tratam do assunto. Ele

sinalizou que existe uma Comissão Temática que trata do assunto e que o fato de a administração pública não consultá-la é uma contraposição, e perguntou quem tem mais legitimidade para discutir o tema, se a comissão temática do CMPC ou um grupo de especialistas que assessoram o presidente da FGM. Danilo Moura acrescentou que em todo parlamento nada vai direto para o pleno, mas para grupos menores que discutem o assunto para depois ser apresentado na plenária, no entanto isso ocorre com o CMPC. Ele sugeriu que a lógica seja invertida, com o encaminhamento inicial das demandas para as comissões temáticas, que devem ter um prazo para dar retorno e apresentá-las à plenária, construindo a pauta das reuniões ordinárias, sendo que isso pode dar melhor sentido para as comissões. Acrescentou que o Conselho é do tamanho que se diz que ele é. Exemplificou os conselhos de Educação, Saúde e Direitos Humanos, que têm certo reconhecimento perante a sociedade e que o CMPC deve fazer um esforço para ser reconhecido na FGM e em outros órgãos municipais, com a realização de encontros para discutir políticas culturais. Em seguida destacou a necessidade de o CMPC contar com algum orçamento, para ter uma vida ativa e produzir intelectualmente. Gildete Ferreira informou que foi inserido no planejamento orçamentário para 2017 a destinação do montante de R\$52 mil para o Sistema Municipal de Cultura, do qual o Conselho faz parte. O presidente chamou atenção para a necessidade de o Conselho deliberar sobre as demandas das comissões temáticas e dar retorno à sociedade e colocou em discussão a sugestão de Joelice Braga em realizar as reuniões das comissões anteriormente à reunião ordinária, às 15h. Em seguida, retomou a fala de Danilo Moura sobre a construção das pautas das reuniões ordinárias por meio das deliberações das comissões temáticas sobre as demandas da sociedade civil. Referiu-se a Tiago Oliveira e afirmou que o CMPC deve ser mais agressivo no exercício do controle social, logo quanto mais as ações forem organizadas e representativas, mais o CMPC vai se encaixar na estrutura da construção de políticas públicas de cultura em Salvador. Lembrou que o CMPC se reuniu com a SALTUR para discutir a programação do Festival da Cidade deste ano, mas estava muito próximo da realização do evento, o que não permitiu que o Conselho contribuísse com a programação, e ressaltou que o órgão colegiado já deve dialogar com a administração pública em relação à estrutura organizativa do Carnaval de 2017. Acrescentou que o CMPC deve contribuir para que o tripé do Sistema Municipal de cultura seja instituído, composto pelo Sistema Municipal de Indicadores Culturais, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura. Fernando Guerreiro retomou a importância de o CMPC dialogar com os grupos culturais dos diversos bairros de Salvador, bem como ter maior visibilidade na administração municipal e sugeriu realizar uma reunião com órgãos municipais correlatos à área de Cultura, como a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), a Secretaria Municipal de Urbanismo (SUCOM), a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB) e a Central Integrada de Licenciamento de Eventos (CLE). Em seguida indicou a elaboração de uma Moção de Pesar pelo falecimento da atriz e diretora Nadja Turenkko. Danilo Moura disse que é impossível fazer a reunião ordinária e das comissões no mesmo dia para os representantes da sociedade civil, pois a participação na reunião compromete parte da linha dinâmica pessoal e profissional, ao

contrário dos representantes do poder público, já que estão em horário de serviço, sendo devidamente remunerados para tal. Ele informou que é profissional autônomo e abre mão de horas de trabalho para estar na reunião ordinária sem ser remunerado para isso, portanto aumentar o tempo da plenária significa inviabilizar o dia de trabalho. Ele sugeriu que fossem definidos dois dias da semana para a realização das reuniões das comissões temáticas, sendo que cada comissão deveria realizar dois encontros antes de cada reunião ordinária mensal, e os encontros devem ser assessorados pela equipe que assessora as reuniões ordinárias, e propôs alterar o texto do Regimento Interno, criando um limite mínimo de participação dos Conselheiros nas reuniões das comissões temáticas. Além disso ressaltou que o CMPC precisa realizar pelo menos dois encontros por ano com mais tempo para avaliação e planejamento das ações. Sugeriu ainda que seja criada uma comissão de Política Institucional, visto que têm pautas que não são restritas a segmentos culturais. O presidente informou que essa é uma das funções da Coordenação Colegiada. Danilo Moura respondeu que a Coordenação Colegiada tem uma função mais administrativa, e a comissão deve discutir e deliberar. Edvaldo Barreto relatou que tem escutado muitos artistas que trabalham na noite em bares e restaurantes e que não têm conseguido trabalhar por conta da fiscalização da SUCOM, além de outros fatores, como a falta de segurança, escassez de transporte, entre outros, e ressaltou que Salvador é uma cidade de serviços. Rodrigo Cavalcanti acrescentou que as pessoas estão preferindo fazer os programas noturnos em casa. Jadson Nascimento concordou e disse que o Conselho deve discutir sobre o assunto, em seguida mencionou a necessidade de fortalecimento do Conselho e sugeriu que seja criado um mecanismo de identificação dos Conselheiros. O presidente opinou que a primeira coisa é a divulgação do site, com os perfis e fotos dos Conselheiros e destacou que o CMPC não tem verba para a confecção de crachás. Sobre a moção, lembrou a Fernando Guerreiro que é responsabilidade do proponente a redação do texto, que deve ser enviada por e-mail para a aprovação dos Conselheiros. Sobre o planejamento das ações, considerou que o CMPC pode se planejar para realizar uma nova reunião no próximo ano. Em seguida, o presidente mencionou a relação das demandas das comissões temáticas, sendo que na próxima reunião as comissões devem apresentar os encaminhamentos. Ficou definido que até dezembro as reuniões ordinárias não contarão com a participação dos grupos da sociedade civil, e as pautas serão construídas tendo como base as devolutivas das comissões. Danilo Moura alertou para a necessidade de formatação do procedimento metodológico das comissões e assinalou a necessidade da construção de um calendário fixo que determina os dias em que cada comissão deve se reunir. Plutarco Drummond alertou que, segundo o texto do Regimento Interno, não havia quórum suficiente para fazer deliberações. O presidente distribuiu as demandas da sociedade civil para os representantes das comissões, depois perguntou a opinião dos presentes sobre a proposta de Tiago Oliveira em promover um debate entre os candidatos a Prefeito sobre a Cultura da cidade, sendo que deveriam ser convocados em um prazo de cinco a dez dias, logo seria necessário reunir uma equipe que se comprometesse com a atividade. Fernando Guerreiro respondeu que isso era quase inviável devido à falta de

tempo, e se o debate acontecesse seria esvaziado. Ressaltou ainda que a pauta da cultura não foi priorizada por nenhum candidato na divulgação dos seus planos de governo na internet e em entrevistas na mídia. E sugeriu que o CMPC faça uma reflexão mais aprofundada sobre a ausência do tema da Cultura nas propostas, convidando os candidatos e a imprensa, mas para isso a equipe organizadora deveria trabalhar já no dia seguinte e mobilizar a classe, no entanto lembrou que não poderiam ser feitas deliberações na reunião. O presidente assinalou que o CMPC deve discutir qual o papel da Cultura na próxima gestão e Danilo Moura ressaltou que ainda não se sabia quem seria eleito/a, mas sugeriu que o CMPC pode discutir qual a estratégia do CMPC para a próxima gestão. Em seguida, o presidente informou que a próxima reunião será realizada no dia 18 de outubro. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 20 de setembro de 2016.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____



17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____